

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 888.071 GOIÁS**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: CARMEN HELENA CANDIDA DOS REIS E OUTRO(A/S)</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: FELICÍSSIMO SENA E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: ESTADO DE GOIÁS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS</b>

**DECISÃO**

*RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA CARGO EFETIVO SEM CONCURSO PÚBLICO APÓS A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988: NULIDADE. ALEGADA AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA: AUSÊNCIA DE PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. CONTROVÉRSIA SOBRE O MOMENTO DE INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO: SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA: ININCIDÊNCIA DO ART. 54 DA LEI N. 9.784/1999 EM CASO DE MANIFESTA INCONSTITUCIONALIDADE. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.*

**Relatório**

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, al. *a*, da Constituição da República contra o seguinte julgado do Tribunal de Justiça de Goiás:

**ARE 888071 / GO**

*“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO. SERVIDORES NOMEADOS PARA O EXERCÍCIO DE CARGO EFETIVO, APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. IMPOSSIBILIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE. DECADÊNCIA.*

*1 - Após o advento da Constituição Federal de 1988, somente é admitido o ingresso no serviço público de forma originária, com aprovação em concurso público, salvo as exceções previstas no próprio diploma constitucional, (inteligência do artigo 37, II, da CF) .*

*2 - Não há que se falar em nulidade de Portaria que em cumprimento aos ditames da nova ordem constitucional, revoga Portarias anteriores editadas após 1988, desrespeitando a Constituição vigente.*

*3 - Segundo a lei nº 9.784/99, a Administração Pública não poderá anular seus próprios atos, após o prazo de 5 (cinco) anos. Não existe, entretanto, prazo decadencial para se extirpar do mundo atos patentemente inconstitucionais.*

*APELAÇÃO DESPROVIDA” (fls. 10-11, vol. 21).*

**2. No recurso extraordinário, os Agravantes alegam ter o Tribunal de origem contrariado os arts. 5º, inc. LV, e 37 da Constituição da República.**

**Argumentam que**

*“a Corte Goiana decidiu que a revisão da nomeação de servidores públicos dispensa o contraditório e a ampla defesa, além de ser possível após cinco anos da data do ato questionado. (...)*

*Como dessume-se dos autos, sendo as premissas fáticas incontestes, os recorrentes perderam seus cargos, nos quais foram regularmente investidos, sem que houvesse um processo administrativo para apurar a correção de suas exclusões.*

*Ora, o representante legal do recorrido jamais poderia promover a edição de atos visando a exclusão dos recorrentes do quadro de servidores sem lhes garantir o direito a ampla defesa e ao contraditório administrativo.*

*O fato de não ter sido instaurado o indispensável procedimento*

**ARE 888071 / GO**

*administrativo com observância dos princípios constitucionais insculpidos no art. 5º, inc. LV, da CF/88, já é, por si só, suficiente para a concessão do direito pleiteado.*

*Sobre o tema é pacífica a orientação da Corte Constitucional, que por diversas vezes já se manifestou sobre a exigência do devido processo legal em procedimentos administrativos” (fls. 49-50, vol. 22).*

Quanto à decadência do direito de revisão do ato administrativo, apontam ofensa ao princípio da segurança jurídica, pois

*“o Diretor do Foro da Comarca de Goiânia não podia demitir os recorrentes de seus cargos, para os quais foram admitidos há quase vinte anos, ou, no mínimo a bem mais de cinco anos, pois extinto o direito revisional.*

*Aqui, vale lembrar que sequer o Presidente do TJ/GO poderia aprovar a Portaria, revogando atos de nomeações praticados pela Corte há quase vinte (20) anos, por esbarrar na decadência intransponível, pois superado o tempo revisional máximo, fixado em cinco anos, conforme jurisprudência brasileira” (fl. 56, vol. 22).*

Asseveram a legalidade das nomeações diante da decisão proferida na ADI n. 837, pois, *“ao contrário do que disse o acórdão, é fato que os recorrentes ingressaram no serviço público por provimento de forma derivada, amparado pela Constituição de 1969” (sic, fl. 62, vol. 22).*

3. O recurso extraordinário foi inadmitido ao fundamento de incidência da Súmula n. 282 do Supremo Tribunal Federal.

Analizados os elementos havidos nos autos, **DECIDO**.

4. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade de formação de instrumento, sendo este o caso.

**ARE 888071 / GO**

Analisa-se, portanto, os argumentos postos no agravo, de cuja decisão se terá, na sequência, se for o caso, exame do recurso extraordinário.

5. Cumpre afastar o fundamento da decisão agravada quanto à ausência de prequestionamento, por ter sido a matéria quanto ao contraditório e à ampla defesa decidida como consta do acórdão recorrido.

A superação desse fundamento não é suficiente para o provimento da pretensão dos Agravantes.

6. Não houve demonstração articulada pelos Agravantes no recurso extraordinário a comprovar a repercussão geral da matéria quanto à contrariedade aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o que o torna inadmissível, conforme o disposto no § 2º do art. 543-A do Código de Processo Civil e no art. 327 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Assim, por exemplo:

*“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO ELEITORAL. AUSÊNCIA DE PRELIMINAR FORMAL DE REPERCUSSÃO GERAL: IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO RECURSO. LEI N. 11.418/2006: NORMAS GERAIS APLICÁVEIS A TODOS OS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS. REPERCUSSÃO GERAL IMPLÍCITA: INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO” (AI n. 703.114-AgR, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 17.4.2009).*

*“É imprescindível a observância desse requisito formal mesmo nas hipóteses de presunção de existência da repercussão geral prevista no art. 323, § 1º, do RISTF. O Plenário desta Corte afastou a alegação de repercussão geral implícita. Precedente. 3. É pacífica a jurisprudência desta Corte ao não admitir, em sede extraordinária,*

**ARE 888071 / GO**

*alegação de ofensa indireta à Constituição Federal. 4. Agravo regimental desprovido” (AI n. 716.597-AgR, Relatora a Ministra Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe 14.11.2008).*

7. Quanto ao provimento dos cargos no Tribunal de Justiça de Goiás, consta do voto do Desembargador Relator da apelação:

*“Os apelantes não comprovaram que possuíam vínculo empregatício com o Poder Público, antes da Constituição de 1988.*

*Pelo contrário, observo através da análise de todos os documentos acostados com a inicial (doc. 05 – fls. 112/258) que os apelantes ingressaram pela primeira vez no serviço público após a Constituição de 1988, não havendo o que se falar em provimento derivado, mas sim de provimento originário, ocorrido após 1988” (fl. 123, vol. 20).*

No item específico referente ao momento de ingresso dos Agravantes no serviço público a apreciação do pleito recursal demandaria reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento inviável em recurso extraordinário. Incide, na espécie, a Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal.

8. Quanto à revogação da portaria pela qual nomeados os Agravantes para exercerem cargos públicos, o Tribunal de origem assentou:

*“Na verdade, se a Portaria revogada fosse tão somente ilegal, poder-se-ia falar em prazo decadencial de 05 ( cinco) anos. Entretanto, a violação que dela decorreu foi de maior monta, ou seja, violou o topo da pirâmide, onde se situa a Constituição Federal.*

*Diante de situações inconstitucionais, o então Diretor do Foro, Dr. Carlos Alberto França, hoje Desembargador desta Corte, exerceu legitimamente a sua função fiscalizatória, revogando as Portarias anteriores, flagrantemente inconstitucionais” (fl. 9, vol. 21).*

Este Supremo Tribunal afastou a aplicação do art. 54 da Lei n.

**ARE 888071 / GO**

9.784/1999 em casos de manifesta inconstitucionalidade do ato em que se baseie o interesse de alguém:

*“MANDADO DE SEGURANÇA. ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO. INGRESSO. CONCURSO PÚBLICO. EXIGÊNCIA. ARTIGO 236, PARÁGRAFO 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NORMA AUTO-APLICÁVEL. DECADÊNCIA PREVISTA NO ARTIGO 54 DA LEI 9.784/1999. INAPLICABILIDADE A SITUAÇÕES INCONSTITUCIONAIS. PREVALÊNCIA DOS PRINCÍPIOS REPUBLICANOS DA IGUALDADE, DA MORALIDADE E DA IMPESSOALIDADE. SUBSTITUTO EFETIVADO COMO TITULAR DE SERVENTIA APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O art. 236, § 3º, da Constituição Federal é norma auto-aplicável. 2. Nos termos da Constituição Federal, sempre se fez necessária a submissão a concurso público para o devido provimento de serventias extrajudiciais eventualmente vagas ou para fins de remoção. 3. Rejeição da tese de que somente com a edição da Lei 8.935/1994 teria essa norma constitucional se tornado auto-aplicável. 4. Existência de jurisprudência antiga e pacífica do Supremo Tribunal Federal no sentido da indispensabilidade de concurso público nesses casos (Ações Diretas de Inconstitucionalidade 126/RO, rel. Min. Octavio Gallotti, Plenário, DJ 05.6.1992; 363/DF, 552/RJ e 690/GO, rel. Min. Sydney Sanches, Plenário, DJ 03.5.1996 e 25.8.1995; 417/ES, rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, DJ 05.5.1998; 3.978/SC, rel. Min. Eros Grau, Plenário, DJe 29.10.2009). 5. Situações flagrantemente inconstitucionais como o provimento de serventia extrajudicial sem a devida submissão a concurso público não podem e não devem ser superadas pela simples incidência do que dispõe o art. 54 da Lei 9.784/1999, sob pena de subversão das determinações insertas na Constituição Federal. 6. Existência de jurisprudência consolidada da Suprema Corte no sentido de que não há direito adquirido à efetivação de substituto no cargo vago de titular de serventia, com base no art. 208 da Constituição pretérita, na redação atribuída pela Emenda Constitucional 22/1983, quando a vacância da serventia se der já na vigência da Constituição de 1988 (Recursos Extraordinários*

**ARE 888071 / GO**

*182.641/SP, rel. Min. Octavio Gallotti, Primeira Turma, DJ 15.3.1996; 191.794/RS, rel. Min. Maurício Corrêa, Segunda Turma, DJ 06.3.1998; 252.313-AgR/SP, rel. Min. Cezar Peluso, Primeira Turma, DJ 02.6.2006; 302.739-AgR/RS, rel. Min. Nelson Jobim, Segunda Turma, DJ 26.4.2002; 335.286/SC, rel. Min. Carlos Britto, DJ 15.6.2004; 378.347/MG, rel. Min. Cezar Peluso, DJ 29.4.2005; 383.408-AgR/MG, rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJ 19.12.2003; 413.082-AgR/SP, rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 05.5.2006; e 566.314/GO, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 19.12.2007; Agravo de Instrumento 654.228-AgR/MG, rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 18.4.2008).* 7. Reafirmada a inexistência de direito adquirido de substituto que preencheria os requisitos do art. 208 da Carta pretérita à investidura na titularidade de Cartório, quando a vaga tenha surgido após a promulgação da Constituição de 1988, pois esta, no seu art. 236, § 3º, exige expressamente a realização de concurso público de provas e títulos para o ingresso na atividade notarial e de registro. 8. Os princípios republicanos da igualdade, da moralidade e da impessoalidade devem nortear a ascensão às funções públicas. 9. Segurança denegada” (MS n. 28.279/DF, Relatora a Ministra Ellen Gracie, Plenário, DJ 29.4.2011).

Nada há a prover quanto às alegações dos Agravantes.

**9.** Pelo exposto, **nego seguimento ao agravo** (art. 544, § 4º, inc. II, al. b, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

**Publique-se.**

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**  
Relatora